

Veículo: Jornal Grande Bahia		Editoria: Estadual
Tipo: Site	Página: -	Data: 01/05/2013



Deputado Carlos Gaban comenta sobre reajuste de 2,5% concedido pelo Governo Wagner: “A matemática não bate”

O governador Jaques Wagner solicitou que fosse votado nesta terça-feira 30, em caráter de urgência, o projeto de lei que concede reajuste salarial aos servidores públicos de apenas 2,5%, mas a bancada governista, depois da pressão dos servidores e da bancada de oposição, voltou atrás e decidiu aguardar o resultado da reunião entre o governador e lideranças das categorias, que será realizada amanhã. O índice, muito abaixo da inflação que foi de 5,8%, não agradou aos servidores nem à oposição.



Carlos Gaban: “Falta de dinheiro não é. O governo tem que explicar como chegou a este índice de 2,5%”

O vice-líder da oposição na Assembleia Legislativa, deputado Carlos Gaban (DEM), disse que os argumentos do governo não convencem. De acordo com ele, a arrecadação do governo do Estado com o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) cresceu 10% no primeiro quadrimestre, mesmo percentual de crescimento dos repasses do Fundo de Participação dos Estados em janeiro e fevereiro. Além disso, o PIB da Bahia cresceu 3,9%, índice maior que o do Brasil.

Desde janeiro, data base da categoria, Gaban vem cobrando do governo o reajuste salarial dos servidores. Ele disse não entender por que o governo resolveu dar um reajuste tão baixo com a perspectiva de um ano melhor e disparou: “Falta de dinheiro não é. O governo tem que explicar como chegou a este índice de 2,5%”.

Veículo: Jornal Grande Bahia		Editoria: Estadual
Tipo: Site	Página: -	Data: 01/05/2013

Desde janeiro, data base da categoria, Gaban vem cobrando do governo o reajuste salarial dos servidores. Ele disse não entender por que o governo resolveu dar um reajuste tão baixo com a perspectiva de um ano melhor e disparou: "Falta de dinheiro não é. O governo tem que explicar como chegou a este índice de 2,5%".

Servidores estaduais se manifestam e votação do regime urgência é adiada

O Governo do Estado recuou da tentativa de colocar em votação, nesta terça-feira (30), o regime de urgência do projeto de lei que estabelece o reajuste linear dos servidores públicos em 2,5%, abaixo da inflação (5,84%). A medida foi anunciada pelo líder do governo, deputado Zé Neto (PT), após manifestos de trabalhadores nas galerias da Assembleia Legislativa e de deputados da oposição. Segundo o parlamentar, Jaques Wagner vai se reunir com representantes dos servidores nesta quarta-feira (1º de maio), para negociar o aumento.

A informação foi recebida pelo deputado estadual Carlos Geilson (PTN) com desconfiança. "O governo recua, momentaneamente, para dar uma satisfação, porque sabe que não tem apoio nem na própria base", disse. E incentivou: "Parabenizo os servidores pelo poder de mobilização. Mesmo pegos de surpresa, com envio de projeto na última hora, se organizaram e chegaram cedo na Assembleia. Continuem mobilizados e atentos".

Antes do anúncio do líder do governo, Geilson destacou que o reajuste proposto pelo governador Jaques Wagner está entre os menores da Federação. No Pará, por exemplo, o reajuste concedido foi de 9%; na Paraíba, varia de 5 a 16%; no Ceará foi de 5,58; e no Acre, onde o governador também é do PT, o aumento foi de 5,2%. Já em Alagoas ainda não foi votado, mas o governo sugere 5,3%. "O aumento que o governador propõe na Bahia é vergonhoso", assinalou Geilson.

Veículo: Jornal Grande Bahia		Editoria: Estadual
Tipo: Site	Página: -	Data: 01/05/2013



Vice-presidente do IAF afirma que administração de Jaques Wagner poderia ter concedido um reajuste maior

"Frustrante", foi como o Auditor Fiscal, Sérgio Furquim de Almeida, vice-presidente do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF), definiu o reajuste salarial de 2,5% concedido pelo governador Jaques Wagner aos servidores ativos e inativos do Estado.

Para Furquim, o índice é injustificável uma vez que o Estado obteve nos últimos quatro meses um aumento em sua arrecadação de ICMS por volta de 11%, o que permitiria um reajuste até mesmo acima da inflação do período, que alcançou 5,84% (IPCA).

Em 2009, por exemplo, o governo concedeu aumento linear com base na inflação em uma situação percentual de comprometimento da folha salarial muito pior do que a de 2013.

Os reais motivos do irrisório índice de reajuste anunciado para 2013 e o porquê da discriminação em relação ao aumento do Judiciário e do Ministério Público deveriam ser melhor explicados aos funcionários públicos estaduais.



Sérgio Furquim de Almeida: "o Poder Executivo está suportando todo o aporte do Tesouro para cobrir o déficit orçamentário do FUNPREV, ou seja, mesmo os déficits oriundos do pagamento de inativos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário estão sobrecarregando a despesa de Pessoal do Poder Executivo, contrariando a legislação vigente e as diversas recomendações do TCE, impedindo que os salários dos servidores do Executivo possam avançar e ajudando para que o Legislativo e o Judiciário tenham suas margens com pessoal flexibilizadas"

Veículo: Jornal Grande Bahia		Editoria: Estadual
Tipo: Site	Página: -	Data: 01/05/2013

Os reais motivos do irrisório índice de reajuste anunciado para 2013 e o porquê da discriminação em relação ao aumento do Judiciário e do Ministério Público deveriam ser melhor explicados aos funcionários públicos estaduais.

Segundo o vice-presidente do IAF, o percentual apesar de frustrante não surpreendeu a diretoria do Instituto, uma vez que ela vem acompanhando nos últimos meses uma série de manobras do governo no sentido de reduzir os gastos com a folha de pagamento dos servidores, a fim de recompor eventual estouros no caixa único do Estado. Sabendo disto, o IAF criou um grupo de estudos com a finalidade de estudar o caixa único e seus reflexos na Lei de Responsabilidade Fiscal, "já começamos a trabalhar o tema para tentar entender o que esta acontecendo" declarou o vice-presidente do IAF .

"Estamos concluindo estudos técnicos sobre as contas do governo e já detectamos algumas desconformidades que pretendemos encaminhar para os órgãos de controle", disse Furquim. "Uma das que mais nos tem chamado atenção é o fato de que o Poder Executivo está suportando todo o aporte do Tesouro para cobrir o déficit orçamentário do FUNPREV, ou seja, mesmo os déficits oriundos do pagamento de inativos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário estão sobrecarregando a despesa de Pessoal do Poder Executivo, contrariando a legislação vigente e as diversas recomendações do TCE, impedindo que os salários dos servidores do Executivo possam avançar e ajudando para que o Legislativo e o Judiciário tenham suas margens com pessoal flexibilizadas", afirmou o especialista em finanças públicas.

Discordando das declarações do líder da bancada governista, o deputado José Neto, o dirigente do IAF, o auditor fiscal Sérgio Furquim, afirmou que caso fossem efetuadas as correções com os gastos de pessoal do Poder Executivo, algumas inclusive já recomendadas no Relatório Técnico do Tribunal de Contas do Estado, o reajuste poderia facilmente recompor as perdas salariais acumuladas dos servidores estaduais, respaldado, principalmente, pelos aumentos da arrecadação do ICMS ocorridos desde o último reajuste (01/2012), bem como pelo resultado obtido no primeiro quadrimestre do corrente ano.

"Mais uma vez o governo decepciona e frustra seus servidores, com o menor reajuste do Brasil", concluiu Furquim.